

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA - UFU
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS DO PONTAL – ICHPO
CURSO DE LICENCIATURA E BACHARELADO EM GEOGRAFIA

ANDRÉ LUIZ BUENO SILVA

**Formação socioterritorial dos primeiros assentamentos da reforma agrária no
município de Ituiutaba-MG: desafios e perspectivas dos assentados**

Ituiutaba-MG

2023

ANDRÉ LUIZ BUENO SILVA

**Formação socioterritorial dos primeiros assentamentos da reforma agrária no
município de Ituiutaba-MG: desafios e perspectivas dos assentados**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Geografia, cuja sede se localiza no Instituto de Ciências Humanas do Pontal, da Universidade Federal de Uberlândia, como exigência parcial para obtenção do título de Bacharel em Geografia.

Orientadora: Joelma Cristina dos Santos

Ituiutaba - MG

2023

ANDRÉ LUIZ BUENO SILVA

Formação socioterritorial dos primeiros assentamentos da reforma agrária no município de Ituiutaba-MG: Desafios e perspectivas dos assentados

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Geografia, cuja sede se localiza no Instituto de Ciências Humanas do Pontal, da Universidade Federal de Uberlândia, como exigência parcial para obtenção do título de Bacharel em Geografia.

Área de concentração: Geografia Rural

Banca Examinadora:

Prof^ª. Dra. Joelma Cristina dos Santos – ICHPO/UFU (orientadora)

Prof^º. Dr^º. Mauro Machado Vieira - ICHPO/UFU

Prof^ª. Dra. Andreia Cristina da Silva Almeida– ICHPO/UFU

Ituiutaba - MG, 30 de Janeiro de 2023

Dedico este trabalho à minha mãe Carminha, aos meus sobrinhos(as), aos *camaradas* de jornada acadêmica e aos produtores rurais dos Projeto de Assentamento da Reforma Agrária do município de Ituiutaba-MG.

AGRADECIMENTOS

Não tem como começar os agradecimentos sem mencionar em primeiro lugar a Universidade Federal de Uberlândia - UFU - campus Pontal, mais especificamente o Instituto de Ciências Humanas do Pontal - ICHPO, que em tempos de incerteza, essas instituições me proporcionou o suporte necessário para cumprir a jornada acadêmica, posso afirmar que a UFU foi a extensão da minha casa, lugar onde passava dias e horas a fio, aulas, palestras, laboratórios, eventos, rodas de conversa, minicursos, grupos de pesquisa, dentre outros, um mundo de conhecimento.

Ao citar o campus pontal é impossível não mencionar a importância do Programa de Extensão Universitária realizadas durante os dois primeiros mandatos do governo Lula (2002 a 2010) que viabilizou a construção do Campus da UFU em Ituiutaba-MG, abrindo as fronteiras do conhecimento para muitos estudantes pobres desse país.

Sou da turma de 2018 do Curso de Geografia e, de lá para cá, foram muitas amizades, e como estudante de baixa renda, encontrei outros camaradas que assim como eu agarraram a oportunidade de estarem se profissionalizando através de uma Universidade Federal, e diante de sorte de dificuldades que um estudante de baixa renda possa ter, nos juntamos envoltos ao cobertor da solidariedade, de ajuda mútua, diante disso é impossível não agradecer a todos amigos que estiveram nessa roda informal de cooperação e solidariedade, em especial, agradeço ao meu eterno amigo e camarada Murillo Inojosa Wolf, formado em 2019, foram apenas dois anos de convivência, mas de extrema grandeza.

Agradeço a todos os professores da UFU, em especial aos da Geografia. Durante esses cinco anos de graduação foram meus espelhos, muitos dos quais hoje são meu amigos para a vida, sendo assim é impossível não agradecer o professor Sérgio Gonçalves, que durante esse tempo de graduação, sempre me aconselhou.

Agradeço à minha orientadora, a prof(a) Dra. Joelma Cristina dos Santos, que teve toda paciência do mundo nessa minha jornada como geógrafo, e sobre isso, é importante destacar que foi através da professora que venho me encontrando enquanto pesquisador da área da Geografia Agrária, pois, dentro do arcabouço geográfico existem muitos caminhos a serem explorados, assim como existe em todas outras ciências.

Agradeço ao prof. Dr. Mauro Machado Vieira, que juntamente com a professora Joelma, no desejo de encontrar soluções pragmáticas, viáveis e concretas para a construção de um Plano Municipal de desenvolvimento Rural Sustentável (PMDS) com os assentados da reforma

agrária no município de Ituiutaba-MG, montou uma equipe de professores e graduandos para juntos atuarem no Grupo de Trabalho (GT-Rural), dessa forma, através do professor Mauro e do G.T Rural pude amadurecer os estudos sociais e conhecer os Projetos de Assentamento da Reforma Agrária no município. Ao professor Mauro, muito obrigado, pelo grupo, pela amizade, mas, principalmente pelas orientações, sempre disponível e aberto ao diálogo e aos entendimentos.

Agradeço a profa. Dra. Andréia Cristina, que em sua disciplina de Geografia do Trabalho ampliou a minha compreensão sobre a relação Terra, Trabalho e Capital, nos apresentou as obras do Sociólogo Ricardo Antunes, como por exemplo “O privilégio da Servidão (2018)”, agradeço por aceitar compor a banca avaliadora deste singelo Trabalho de Conclusão de Curso - TCC.

Agradeço a cada família de produtor rural assentado nos projetos da reforma agrária que nos recebeu em suas propriedades, fomos agraciados diante de tamanha hospitalidade, foram conversas sinceras e honestas, cujas dificuldades foram sistematizadas a fim de ampliar a compreensão das dificuldades e das perspectivas dos assentados perante as atuais condições. Em todas ocasiões fomos recebidos, com o tradicional cafezinho para alongar a conversa, houve dias em que a pesquisa adentrou a hora do almoço, o qual foi preparado de forma cooperada, tanto o Grupo de Trabalho, quanto os proprietários.

A esses sujeitos da terra, a quem dedico este trabalho, pois foi a história do povo sofrido que só quer produzir a terra e desenvolver com dignidade que me encantou e me despertou para aprofundar os estudos para buscar soluções concretas para um melhor desenvolvimento rural.

Agradeço a minha mãe Carminha, que me criou solto igual um passarinho no sul de Minas Gerais, num lugarzinho chamado Três Corações, também conhecida como cidade do Pelé. Minha mãe Carminha, dentro de sua humildade, embora não saiba ao certo ainda o que um geógrafo faz (mesmo que eu explique centenas de vezes) acredito que para ela, o importante é que eu consegui ser o primeiro filho formado.

Por fim, agradeço a minha namorada e companheira de jornada acadêmica, Andressa Cristina Ferreira. Obrigado por estar presente em minha vida, por me apoiar em meus momentos mais difíceis e por comemorar comigo nas minhas vitórias. Sua presença me faz sentir seguro e amado. Agradeço também por todas as risadas, todas as lágrimas, todas as aventuras e todos os momentos preciosos que compartilhamos juntos.

Ser Extensionista Rural é trabalhar para e com as pessoas. Compreender que você não sabe tudo e está disposto a aprender, cada dia um pouco. O Extensionista, na verdade, mais aprende do que ensina. Mas ele é um agente importante do desenvolvimento rural, pois ele conecta pessoas e experiências.

EZEQUIEL REDIN (2023)

RESUMO

A questão da reforma agrária, consiste em um tema relevante para compreender como ocorre o processo de territorialização do meio rural brasileiro. No caso do pequeno produtor rural, assentados da reforma agrária, o século XXI abriu novas fronteiras produtivas, possibilitando e ampliando o acesso à terra a muitas famílias. Através do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) foram averbados inúmeros Projetos de Assentamentos Rurais pelo país, entre os quais, os Projetos de Reforma Agrária do município de Ituiutaba-MG, onde centenas de famílias dotadas de intencionalidades se fixaram na terra e passaram a produzir e dar função social a ela. Para tal, passaram pela fase de ocupação, acampamentos, debates e conflitos até receberem o direito à terra. Portanto, analisar esse contexto, exige um retorno ao Brasil do início do século XX buscando compreender, mesmo que minimamente, como a questão agrária foi engendrada no Brasil. A partir disso poderemos entender como ocorreu o processo de Reforma Agrária em Ituiutaba-MG, quem são os sujeitos, agentes e de que forma ocorreu esse processo de territorialização do espaço rural. Diante disso, este trabalho acadêmico tem por objetivo, compreender os desafios e perspectivas dos assentados da reforma agrária no município de Ituiutaba-MG, considerando os aspectos político-social, econômico e associativo.

Palavras-chave: Reforma agrária - Assentamentos - Associações - Ituiutaba-MG

ABSTRACT

The question of agrarian reform is a relevant theme to understand how the process of territorialization of the Brazilian rural environment takes place. In the case of the small rural producer, settlers of the agrarian reform, the 21st century opened new productive frontiers, enabling and expanding access to land for many families. Through the National Institute of Colonization and Agrarian Reform (INCRA), numerous Rural Settlement Projects were endorsed throughout the country, including the Agrarian Reform Project in the municipality of Ituiutaba-MG, where hundreds of families endowed with intentions settled on the land and began to produce and give it a social function. To do so, they went through the occupation phase, encampments, debates and conflicts until they received the right to the land. Therefore, analyzing this context requires a return to Brazil at the beginning of the 20th century, seeking to understand, even if minimally, how the agrarian question was engendered in Brazil. From this we will be able to understand how the Agrarian Reform process took place in Ituiutaba-MG, who are the subjects, agents and how this process of territorialization of rural space took place. Therefore, this academic work aims to understand the challenges and perspectives of the land reform settlers in the municipality of Ituiutaba-MG, considering the political, social, economic and associative aspects.

Keywords: Land reform - Settlements - Associations - Ituiutaba-MG

LISTA DE FIGURAS

Mapa 1 -	Localização da Microrregião Geográfica de Ituiutaba/Minas Gerais.....	24
Mapa 2 -	Localização dos assentamentos da reforma agrária no município de Ituiutaba-MG, 2023.....	26
Figura 1 -	Ponte que interliga os assentamentos da reforma agrária no município de Ituiutaba-MG.....	33

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAR	Cadastro Ambiental Rural
CCU	Contrato de Concessão de Uso
CPT	Comissão Pastoral da Terra
DAP	Declaração de Aptidão ao Pronaf
FETAEMG	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICHPO	Instituto de Ciências Humanas do Pontal
IFs	Institutos Federais
IFTM	Instituto Federal do Triângulo Mineiro
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MLST	Movimento de Libertação dos Sem Terra
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
P.A	Projeto de Assentamento
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PCB	Partido Comunista do Brasil
PMDS	Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura
RL	Reserva Legal
TD	Título de Domínio
UFU	Universidade Federal de Uberlândia
UEMG	Universidade Estadual de Minas Gerais

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
Objetivo Geral	13
Objetivos específicos	13
JUSTIFICATIVA.....	14
PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	14
ESTRUTURA DA PESQUISA	16
1- Breves considerações sobre a questão agrária no Brasil.	17
II - Formação socioterritorial dos primeiros assentamentos da reforma agrária no município de Ituiutaba-MG	23
III- A realidade dos assentados da reforma agrária em Ituiutaba-MG e suas formas associativas de produção.....	29
IV - Resultados e discussão	33
CONSIDERAÇÕES FINAIS	38
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	37

INTRODUÇÃO

No Brasil, as primeiras décadas do século XX foram marcadas por tensões sócio-territoriais, econômicas e políticas. Nos centros urbanos, trabalhadores formavam ou se juntavam a sindicatos que reivindicavam melhores condições de trabalho aos operários e nas áreas rurais homens e mulheres se organizavam coletivamente formando organizações de movimentos de luta e resistência por uma reforma agrária e direitos trabalhistas.

A partir da década de 1950, as políticas econômicas neoliberais intensificaram o aumento das desigualdades sociais, forçando as classes trabalhadoras urbanas e rurais a se juntarem para buscar soluções concretas para superar as contradições impostas.

No Nordeste brasileiro, trabalhadores rurais cansados da espoliação e da falta de direitos trabalhistas ganharam destaque nacional pelas manifestações, as principais pautas eram reivindicação por mais direitos trabalhistas e o fim do trabalho análogo à escravidão.

Os primeiros movimentos de trabalhadores rurais contaram com a ajuda de outros órgãos e entidades, tais como a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e Partido Comunista do Brasil (PCB) que de forma ativa colaboraram para a formação político social dos sujeitos ligados ao campo que criaram a Ligas Camponesas.

Com o enfraquecimento das Ligas Camponesas nas décadas 1960, após muitos conflitos devido às reivindicações dos movimentos sociais as décadas que sucederam, culminaram no processo de modernização agrícola, que basicamente aumentou o desenvolvimento para uma agricultura de exportação, ampliando assim, as desigualdades no meio rural.

Diante desse cenário, durante o processo de redemocratização do país, na década de 1980, surge o Movimento dos Trabalhadores Rurais (MST) que decide pressionar os órgãos governamentais para o desenvolvimento de políticas voltadas ao acesso à terra via reforma agrária, e, dotados de intencionalidades, o MST se projetou a nível nacional, desmascarando as desigualdade fundiárias no Brasil, lutando, ocupando e enfrentando o poder político Estatal para fazer valer o direito à terra.

A partir da década de 1990, o acesso à terra via processo de reforma agrária e os direitos trabalhistas ainda eram pautas nos inúmeros movimentos sociais que surgiam pelo país, retomando a pauta da reforma agrária, forçando o governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso a ampliar as áreas destinadas aos Projetos de Assentamentos da Reforma Agrária. Na

virada do século, o governo Lula durante seus dois mandatos que durou de 2002 a 2010 deu continuidade à ampliação aos Projetos de Assentamento, beneficiando inúmeras famílias.

Essa engatada nos últimos governos no que diz respeito à reforma agrária, ampliou o número de terras passíveis à reforma agrária, fazendo surgir a criação de muitos Projetos de Assentamentos da reforma agrária pelo país, beneficiando muitos produtores rurais.

Entretanto, o que se constata sobre a reforma agrária até o momento e que foram instrumentos de apaziguamento com os movimentos sociais, haja vista a falta de políticas públicas voltadas à ampliação e o pleno desenvolvimento das atividades agrícolas das famílias são incapazes de viabilizar a modernização dos meios de produção, tornando as famílias assentadas menos competitivas no mercado, impossibilitando assim se fixarem na terra.

Neste sentido, esta pesquisa tem por objetivo compreender como ocorreu o processo de reforma agrária no município de Ituiutaba-MG, e os desafios dos assentados em se fixar na terra, considerando os aspectos político-social, econômico e associativo.

Objetivos específicos

- I. Analisar a questão agrária no Brasil, sob a perspectiva da ciência geográfica;
- II. Entender como ocorreu a formação socioterritorial dos primeiros assentamentos de reforma agrária no município de Ituiutaba-MG;
- III. Caracterizar os assentamentos rurais de Ituiutaba-MG;
- IV. Analisar as formas associativa/coletiva social e de produção dos assentados.

JUSTIFICATIVA

Esta pesquisa se justifica por três motivos, primeiro compreender como ocorreu o processo de reforma agrária no município de Ituiutaba - MG e manter as pesquisas atualizadas para verificar como está ocorrendo o processo de espacialização e territorialização do meio rural de Ituiutaba-MG, essa parte da pesquisa abre oportunidade para a segunda justificativa que visa compreender tanto o contexto, quanto a realidade de vida dos assentados, possibilitando assim, verificar de que forma se dá (re)existência dos assentados frente o descaso governamental no que se refere às políticas públicas voltadas para a produção da agricultura familiar e como se dá à expansão da agricultura patronal sobre os seus territórios.

Por fim, essa pesquisa se justifica pela importância em sistematizar as demandas, tanto observadas, quanto às narradas pelos assentados, o que abre oportunidade para as diligências

junto ao Grupo de Trabalho (G.T-Rural), Conselhos, Associações, Entidades Acadêmicas, entre outros, aspirando assim, construir propostas concretas para um desenvolvimento rural sustentável, que dignifique o trabalhador rural e melhore o desenvolvimento local.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Visando atingir os resultados esperados, o procedimento metodológico adotado nesta pesquisa transcorre em duas etapas, a primeira passa delineando o campo teórico dos objetivos da pesquisa, fundamentando-se na utilização de artigos científicos, livros, dissertações e teses que estudam, pesquisam e debatem o tema da questão agrária no Brasil.

A segunda etapa consiste na coleta de dados empíricos durante a fase pesquisa de campo, onde foram realizadas imersões em algumas comunidades rurais dos Projetos de Assentamento da reforma agrária de Ituiutaba - MG, e

A partir das considerações a respeito da investigação empírica, o caminho proposto pela geografia do início do século, nos fornece sugestões interessantes para pensarmos outras possibilidades e aprofundarmos nossas investigações a respeito das práticas e das maneiras como os homens das nossas pesquisas atuais se relacionam. (SANTOS, 199, p. 113-114)

É importante destacar que os Projetos de Assentamentos em Ituiutaba - MG foram criados em fazendas vizinhas, e essa proximidade territorial facilitou as visitas às famílias de produtores rurais.

Os métodos científicos utilizados na pesquisa passaram por dois momentos, o primeiro possui o caráter analítico-explicativo onde foi possível identificar fatos, fatores, agentes e sistemas, onde foi necessário debruçar em livros, dissertações, teses que tratam da questão agrária no Brasil, bem como pesquisas desenvolvidas que tratam da reforma agrária no município de Ituiutaba-MG.

Em um segundo momento, na pesquisa de campo, o método escolhido utilizado foi o analítico-descritivo, visto que, a utilização desse método possibilitou as primeiras observações geográficas, que a priori foi conhecer os assentamentos rurais, as famílias de produtores rurais, e através das reuniões realizadas por intermédio do Grupo de Trabalho com Rurais¹ pude observar e analisar as dificuldades relatadas pelos assentados, pois

- ¹O Grupo de Trabalho (G.T-Rural), foi criado em 2022, conta com docentes e discentes de três (03) Instituições Federais. No capítulo IV é abordado sobre a formação deste Grupo de Trabalho que visa o desenvolvimento social, político e associativo das famílias assentadas da reforma agrária no município.

No lugar que se pesquisa, os observados agem sobre coisas, exploram, ocupam, transformam e se transformam lenta ou rapidamente. É preciso compreender que as práticas que se tornaram ou se tornam possíveis no lugar, fazem dos homens *e das comunidades rurais* sujeitos e objetos de processo que totalizam os esforços em produzir espaços. (SANTOS, 1999, p. 116, *grifos do autor*)

Diante do pressuposto, o trabalho acadêmico que segue trata-se de uma pesquisa de cunho explicativo, pois, “Este tipo de pesquisa preocupa-se em identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos. (GERHARDT e SILVEIRA, 2009, p. 37-38, *apud*, Gil, 2007).

Desse modo, a pesquisa explicativa pode ser continuação de outra descritiva, haja vista que a identificação de fatores que determinam um fenômeno exige que este esteja suficientemente descrito e detalhado, portanto, pesquisas desse tipo podem ser classificadas como experimentais e *ex-post facto*². (GERHARDT e SILVEIRA, 2009, p. 37-38, *apud*, Gil, 2007).

De antemão vale ressaltar que dado o peso e a significância dos objetivos propostos, necessitará de outras oportunidades e de um tempo maior para o aprofundamento da pesquisa, haja vista a necessidade demais dados científicos e empíricos, para que se possa criar um quadro minucioso das demandas, perspectivas e das dificuldades dos assentados da reforma agrária no município, e assim, contribuir de forma concreta para a construção dos debates juntos as famílias assentadas, visando a formação associativa/cooperativa dos produtores rurais.

ESTRUTURA DA PESQUISA

Partindo da premissa metodológica, no primeiro capítulo ***BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL***, visa analisar as questões agrárias no Brasil sob a perspectiva da Geografia, buscando assim, compreender de que forma se dá a territorialização do espaço rural brasileiro sob a égide dos movimentos sociais de luta pela terra e sua importância para o avanço das propostas de reforma agrária, que culminou com a criação de vários assentamentos rurais no Brasil, entre eles os assentamentos em Ituiutaba-MG. As questões Agrárias do Brasil são debatidas por: Andrade (1985); Fabrini (2005); Fernandes (2012); Prado Jr. (2011); Stedie (2005); Oliveira (2007) e outros que não menos relevantes

² A pesquisa *ex-post-facto* tem por objetivo investigar possíveis relações de causa e efeito entre um determinado fato identificado pelo pesquisador é um fenômeno que ocorre posteriormente. A principal característica deste tipo de pesquisa é o fato de os dados serem coletados após a ocorrência dos eventos. (GERHARDT e SILVEIRA, 2009, p. 40, *apud* FONSECA, 2002, p. 32).

contribuíram para a compreensão da dimensão da problemática que são as questões agrárias no Brasil.

O segundo capítulo *FORMAÇÃO SOCIOTERRITORIAL DOS PRIMEIROS ASSENTAMENTOS DA REFORMA AGRÁRIA NO MUNICÍPIO DE ITUIUTABA-MG*, trata de como ocorreu o processo de ocupação da terra destinada à reforma agrária no município, quando e como ocorreram as primeiras ocupações, quais movimentos sociais participaram, quais são os Projeto de Assentamento que existem, e como os assentados se organizam enquanto comunidade. Para tal, Rogério e Santos (2012), Ramos (2020) e outros.

O terceiro capítulo, *A REALIDADE DOS ASSENTADOS DA REFORMA AGRÁRIA EM ITUIUTABA-MG E SUAS FORMAS ASSOCIATIVAS DE PRODUÇÃO*, trata especificamente do relato das observações realizada durante visitas às famílias das comunidades rurais, cujo objetivo foi compreender a realidade político-social e produtivo dos assentados da reforma agrária, bem como analisar de que forma vem ocorrendo as formas de organização social do trabalho e da produção entre as comunidades, quais são as formas associativas e verificar as demandas mais urgentes que os assentados precisam superar.

O quarto capítulo *RESULTADOS E DISCUSSÃO*, é apresentado alguns apontamentos e análises fruto das observações realizadas durante as visitas aos assentamentos, entretanto, é importante destacar que não se trata de um resultado final de pesquisa, pelo contrário, se trata de análises hipotéticas, pois, quando tratamos de observação onde o objeto de estudo é o sujeito e não o objeto, devemos considerar muitas outras variáveis, assim

Observa-se que nas ciências humanas, o objeto de estudo (sociedade) é o sujeito. A maneira de apreender o objeto/sujeito e sua relação, passa pela compreensão do método. Os novos enfoques metodológicos tiveram rebatimentos no objeto da geografia, pois é o método que norteia o temário geográfico e orienta a definição e abordagem do objeto. “O objeto é o temário trabalhado já à luz de um determinado método, isto é, filtrado por uma determinada concepção de mundo (...) É com os instrumentos fornecidos pelo método que a questão do objeto deve ser trabalhada. (FABRINI, 2005, p. 13)

Por fim, nas considerações finais são apresentadas as análises, considerando a questão agrária no Brasil, aspectos sobre a formação dos assentamentos da reforma agrária no município e, sobretudo, as perspectivas que esse trabalho possibilitou.

1- Breves considerações sobre a questão agrária no Brasil

A questão agrária consiste em um tema relevante para refletir as contradições existentes no meio rural brasileiro, esse é discutido pela geografia e por diversas áreas do conhecimento, Ramos (2018, p. 14).

Em consonância com essa perspectiva, Stedile, (2005, p. 15) denota que “o conceito “questão agrária” pode ser trabalhado e interpretado de diversas formas, de acordo com a ênfase que se quer dar a diferentes aspectos do estudo da realidade”. A título de exemplo, o autor destaca a visão das ciências sociais, geográficas, históricas e políticas.

Na sociologia, o conceito ‘questão agrária’ é utilizado para explicar as formas como se desenvolvem as relações sociais, na organização da produção agrícola [...] Na História, o termo ‘questão agrária’ é usado para ajudar a explicar a evolução da luta política e luta de classes para o domínio e o controle dos territórios e da posse da terra. (STEDILE, 2005, p.15)

No cenário rural, a Geografia busca analisar as questões agrárias em seu cerne, considerando o espaço geográfico como produto de relação entre o ser humano e o meio, diante disso, no Brasil, os períodos do século XX deixaram marcas difíceis de se apagar até hoje, a título de exemplo, o fim da escravidão sem as devidas reparações às gerações futuras é uma delas, outra que podemos destacar é a desigualdade no meio rural, pois, desde a ocupação portuguesa em 1530, que as terras brasileiras são dominadas por uma pequena elite de latifundiários.

Diante disso, o que se compreende é que a estrutura fundiária brasileira já nasce desigual, primeiro com as capitanias hereditárias, onde se doavam faixas enormes de terras aos donatários para construir sesmarias, explorando, via escravidão, a força de trabalho indígena e africana.

As disputas em torno do acesso à terra no Brasil remontam ao perfil de colonização do território. Este, na verdade, pode ser entendido como a progressiva incorporação ao domínio dos colonizadores portugueses que das terras inabitadas, quer das ocupadas indígenas/ *povos originários* (MEDEIROS, 2003, p. 9, *grifos do autor*)

No decurso da história, em 1822, mesmo depois da Independência do Brasil de Portugal, as terras continuavam a ser geridas pela elite agrária, assim, a alta burguesia e a nobreza continuavam detentoras das terras e da liberdade dos trabalhadores.

Em 1850, o Estado através da Lei de Terras resolveu que a partir daquela data seria ele, o Estado, a ser detentora da terra, sendo ele, o Estado, a única possuidora do direito de venda da terra devolutas. Nessa perspectiva, Martins (1979, p. 59) nos revela que

[...] a Lei de Terras e a legislação subsequente codificaram os interesses combinados de fazendeiros e comerciantes, instituindo as garantias legais e judiciais de continuidade da exploração da força de trabalho, mesmo que o cativo entrasse em colapso.

De modo geral é no contexto supracitado que o Brasil entra no século XX, e, de lá prá cá, a geografia brasileira vem buscando aprimorar os métodos de análises espaciais, cujo os desafios perpassam a necessidade de descrever, medir e quantificar o espaço geográfico, nessa perspectiva, Chelotti e Pessôa, (2009, p. 450, *apud*, Ferreira, 2002) diz que

A maneira de pensar o agrário, sob o ponto de vista geográfico, variou durante o século XX, fruto do amadurecimento teórico-metodológico da geografia brasileira. Nesse sentido, a própria definição de Geografia Agrária ganhou diversas conotações, espalhando os aspectos que marcaram a sociedade em determinadas circunstâncias, podendo-se destacar a imagem dada à paisagem, como reflexo da ocupação do território e à valorização dos aspectos econômicos da produção agrícola na Geografia Agrária tradicional; as medidas da agricultura e sua classificação na Geografia Agrária Qualitativa e a significância do social na Geografia Crítica.

Já no campo político, Stédile (2005), relata que os estudos são voltados aos problemas da concentração fundiária, crescimento e desenvolvimento das forças produtivas nacionais frente ao mercado internacional.

Neste sentido, politicamente falando, atualmente perduram várias questões acerca da figura do pequeno produtor rural e seu papel na divisão internacional do trabalho e da produção.

Essa questão, embora tenha o cunho político, é de total interesse de estudo da geografia, pois se trata de *terra, trabalho e capital*, três categorias de análise socioespacial que envolve as relações humanas e naturais e que produz o espaço geográfico. Agora, se tratando de um mundo globalizado, onde o processo de produção marca um novo momento do capitalismo. Gonçalves, (2008, p. 13) aponta que

De maneira geral, os principais expoentes da economia política condicionaram o entendimento sobre a questão agrária ao mito do fim do campesinato, compreendendo que este seria um processo inerente ao modo de produção capitalista, que se estruturou solapando as bases do modo de produção feudal, que se amparou secularmente na condição de servidão do campesinato

No que concerne ao mito do fim do campesinato, ou seja, do pequeno produtor rural, existem três linhas de pensamento muito debatidas nas ciências sociais, sobretudo as geográficas, que a partir do pensamento crítico buscam compreender a relação terra, trabalho e capital.

- I. A primeira linha de reflexão, defende que houve práticas feudais no Brasil, tais práticas de trabalho baseado nesse sistema ainda vigoram, e que elas devem ser superadas para o avanço do capitalismo agrário, esses são discutidos por Sodré (1941), Guimarães (1941) e outros.
- II. A segunda corrente de pensamento acredita que o meio rural já está desenvolvido na perspectiva capitalista e que em breve o pequeno produtor rural (camponês) vai desaparecer, pois será absorvida pelos modos de produção capitalista. Essa linha de pensamento foi defendida por Kautsky (1980), Prado Jr. (1981) Abramovay (2012), entre outros.
- III. Já a terceira linha de pensamento vê o processo de desenvolvimento do sistema capitalista de produção como contraditório e combinado, de forma geral seria assim, a medida em que os modos de produção capitalista se desenvolve e avança, ele territorializa o espaço (re)produzindo relações especificamente capitalistas, o mesmo sistema produzirá relações camponesas de produção capitalista. Linha de pensamento amplamente discutida por Luxemburg (1985), Shanin (1983), entre outros.

Nesta perspectiva, em uma análise geral, percebe-se que a segunda e a terceira corrente de pensamento convergem para um mesmo fim, no sentido de que a forma de produção agrária orquestrada pelo modelo de produção capitalista vai abarcar todo processo de produção agrária, sobretudo, com o desenvolvimento e aperfeiçoamento do meio-técnico-científico-informacional³.

Os últimos séculos marcam, para a atividade agrícola, com a humanização e mecanização do espaço geográfico, uma considerável mudança de qualidade, chegando-se, recentemente, à constituição de um meio geográfico a que podemos chamar de meio-técnico-científico-informacional, característico não apenas da vida urbana mas também do mundo rural, tanto nos países avançados como nas regiões mais desenvolvidas dos países pobres. (SANTOS, 2020, p. 88)

Nesta mesma linha de reflexão, Oliveira (2013, p. 281), reforça que “A vinculação do capital à agricultura e desta à industrialização estava relacionada ao progresso técnico da produção, possibilitando a junção da técnica, da ciência e da informação no processo produtivo, transformando o espaço e as relações sociais”

- ³Esse termo foi criado pelo Geógrafo Milton Santos para se referir aos períodos técnicos evolutivos dos seres humanos, assim, o meio técnico-científico-informacional é um meio geográfico onde o território inclui obrigatoriamente ciência, tecnologia e informação. [...] é a nova cara do espaço e do tempo (SANTOS, 2013, p. 41).

Na construção epistemológica sobre espaço geográfico e evolução técnica existe uma demarcação entre *três períodos técnicos evolutivos* dos seres humanos.

O primeiro é o *período natural* marcado pela condição primitiva do homem, em um espaço geográfico pouco modificado ou historicizado, neste período é a natureza que em suma exerce influência sobre as relações humanas.

Em uma evolução, o segundo marca o *período técnico*, e se dá na “mecanização” do espaço, é o homem utilizando-o para seus fins de produção do espaço, e por fim, o período *Técnico Científico e Informacional*, o estágio atual das transformações, momento das inovações técnicas, na interligação entre ciência e tecnologia.

Para além dessas questões, é fato que devemos considerar que as transformações econômicas, sociais e políticas que se manifestam no espaço rural brasileiro advém de um passado contraditório em todos os sentidos, independentemente da evolução das técnicas, pois, durante quatro séculos a elite agrária usou como ferramenta a mão-de-obra dos trabalhadores indígenas e africanos, via sistema de escravidão ou exploração do trabalho, gerando assim, a mais-valia e consequente a acumulação primitiva⁴

As marcas da dicotomia entre a elite agrária e os pequenos produtores podem ser vistas até hoje. Prado Jr. (1981), alega que a agropecuária brasileira, foi no passado e ainda é hoje uma empreitada exitosa por parte da burguesia latifundiária, que durante séculos se beneficiou do trabalho escravo e a servidão camponesa, nas palavras do próprio autor

E não precisamos ir muito longe para verificar que a agropecuária brasileira foi e ainda é em geral um bom negócio: basta observar a riqueza que proporcionou no passado a seus empreendedores - senhores-de-engenho do Nordeste; seringalistas da Amazônia; cacauicultores da Bahia; fazendeiros de café do Rio de Janeiro; Minas Gerais; S. Paulo, pecuaristas do Rio Grande do Sul; mais recentemente, usineiros de açúcar/*álcool e o agronegócio*. (PRADO Jr, 1981, p. 24, *grifos do autor*)

Depois da segunda metade do século XX, famílias de pequenos produtores rurais decidiram que para terem direitos trabalhistas e o acesso à terra via reforma agrária, precisam se organizar de forma coletiva, colaborativa e solidária. Entretanto, Medeiros (2003, p. 14) diz

⁴ Ao analisar o capítulo XXIV da obra *o Capital* vol 1, de Karl Marx, A chamada acumulação primitiva, percebe-se o quão é importante entendermos como ocorre a acumulação capitalista. De modo geral a acumulação primitiva, refere-se ao processo que o capital utilizou para expropriação de alguns trabalhadores da propriedade usada como meios de produção, visando transformar as terras e trabalhadores em capital, ou seja, a questão da terra foi central para o desenvolvimento da acumulação primitiva, assim como, a expulsão dos camponeses das suas terras e expropriação destas. Marx (2008).

que “Até a década de 1950, o debate sobre a questão fundiária ficou restrito a estreitos círculos intelectuais e políticos”.

O marco da década de 1940 até o golpe militar, compreende o período das primeiras experiências de organização e articulação camponesa. Onde estas ocorreram por reivindicações desses trabalhadores que questionavam determinadas formas de exercício do poder e revelam a questão estrutural, em que o latifúndio era símbolo das contradições evidenciadas no campo brasileiro. (RAMOS, 2018, p. 31 *apud* MEDEIROS, 1989)

A formação das Ligas Camponesas.

A formação das primeiras Ligas Camponesas, segundo Oliveira (2007), surgiu em 1945 e se deu com maior intensidade no Nordeste brasileiro e com apoio de militantes do Partido Comunista do Brasil, se constituíram como símbolo da luta pela terra no Nordeste, Andrade (1964) manifesta que a organização das Ligas teve como atores os foreiros, pequenos proprietários e ditos moradores de condição.

Entretanto, o movimento das Ligas Camponesas foi quase nulo nas áreas de produção da cana-de-açúcar de fornecimento das usinas, isso se deve ao fato de que nesses locais a proletarianização do trabalho tem sido maior. (ANDRADE, 1964)

A história da formação das Ligas Camponesas foi curta, porém, heroica, haja vista o poder político dos latifundiários, e “Em razão do poder político dos latifundiários, aquilo que já há decênios é reconhecido aos trabalhadores urbanos – o direito ao associativismo – era sistematicamente negado aos que trabalham na terra”. Stédile (2011, p. 237)

As Ligas Camponesas ganharam destaque nacional pelas manifestações, as principais pautas de reivindicação solicitaram: a extinção do cambão, que são dias de trabalho gratuito realizado na fazenda do dono da terra, pediam também o fim do barracão, que era um armazém que ficava dentro da fazenda, onde os trabalhadores se abasteciam, o que causava uma dívida difícil de pagar, ficando ele (o trabalhador) amarrado à dívida e trabalhando sem remuneração para pagar a dívida.

De forma geral, o enfraquecimento das Ligas Camponesas, se deu devido à grande influência dos latifundiários da política nacional, que de forma ardilosa, passaram a reprimir as manifestações, muitos líderes foram perseguidos e mortos.

O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA (MST)

O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra é uma das maiores organizações do Brasil, surgiu oficialmente em 1984 em pleno declínio da ditadura militar, ditadura esta que durante anos aprofundou as desigualdades sociais do país. Ao longo dos anos e através das primeiras experiências, os movimentos tornaram-se mais unificados, organizados, assim, o MST, declara e tem objetivos de luta pela terra, Reforma Agrária, mudança social do país, ou seja, o pleno desenvolvimento político-social, econômico e produtivo para os assentados da terra.

O MST como o movimento soci-territorial rural mais organizado no final do Século XX e início do Século XXI, representa no conjunto da história recente deste país, mais um passo na longa marcha dos camponeses brasileiros em sua luta cotidiana pela terra. Essa luta camponesa revela a todos interessados na questão agrária, um lado novo e moderno. Não se está diante de um processo de luta para não deixar a terra, mas sim, diante um processo de luta para entrar na terra. Terra que tem sido mantida improdutiva e apropriada privadamente para servir de reserva de valor e/ou reserva patrimonial às classes dominantes. Trata-se, pois, de uma luta de expropriados, que na maioria das vezes, experimentaram a proletarização urbana ou rural, mas que resolveram construir o futuro baseado na negação do presente. (OLIVEIRA, 2007, p. 139)

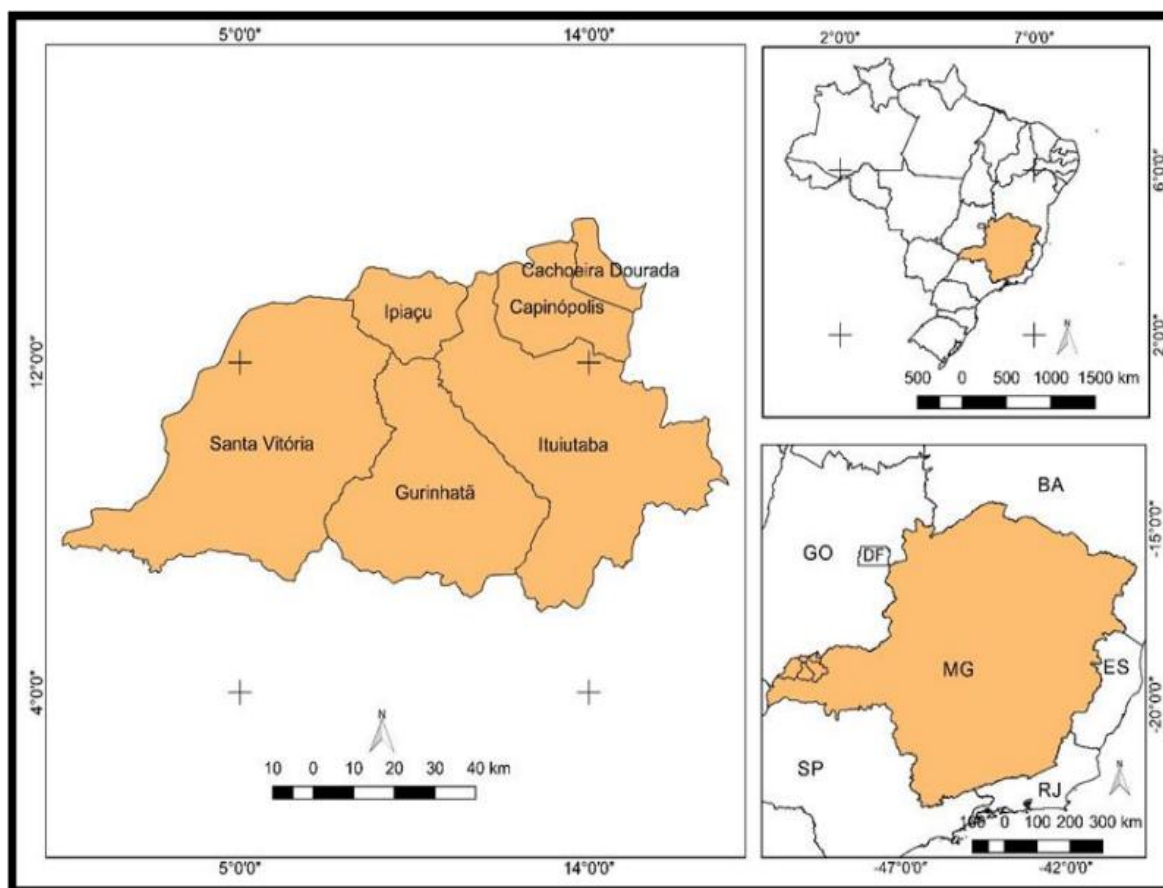
Desse modo, a partir da resignificação que o MST deu para os movimentos de luta pela terra no Brasil, o governo passou a sentir a pressão, as demandas do povo trabalhador passaram a ser debatidas, a reforma agrária passou a acontecer e, dentre os vários Projetos de Assentamentos da reforma agrária criados na década de 1990 e os anos 2000, estão os Projetos de Assentamentos no município de Ituiutaba-MG, que com a ajuda deste e de outros movimentos passaram a territorializar o espaço que não cumpriam a função social da terra, como veremos abaixo.

II -Formação socioterritorial dos primeiros assentamentos da reforma agrária no município de Ituiutaba-MG

A área de estudo desta pesquisa corresponde à área de formação e a consolidação socioterritorial dos primeiros assentamentos⁵ rurais na cidade de Ituiutaba-MG. Essa conquista é fruto de muito trabalho dos movimentos sociais ligados à terra e ao trabalho.

O município de Ituiutaba-MG faz parte da mesorregião do triângulo Mineiro e Alto Paranaíba e também é sede da microrregião geográfica abrangendo outros cinco municípios, conforme o Mapa 1.

Mapa 1 - Localização da Microrregião Geográfica de Ituiutaba/Minas Gerais.



Fonte: Base digital do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2010).

Org. André Bueno, 2023

⁵ O termo assentamento surge primeiramente em meados dos anos de 1960, no processo de reforma agrária vivenciado na Venezuela. A partir disso, para os autores, os assentamentos rurais passam a ser tratados como novas unidades agrícolas criadas por meio de políticas públicas, com o objetivo de reordenamento do uso da terra e, por consequência, com o propósito de atender as demandas de trabalhadores sem terra ou com pouca terra. (RAMOS, 2020, p. 49, *apud*, BERGAMASCO E NORDER, 1996).

Em termos de extensão territorial, Ituiutaba possui uma área de 2.598,046 KM², e possui uma demografia populacional estimada em 105.818 mil habitantes, deste total, 84% residem em áreas urbanas e apenas 4,16% residem na área rural. IBGE (2021), ou seja, em valores absolutos, 101.760 habitantes moram em áreas urbanas e 4.240 residem na zona rural.

A região que pertence ao município de Ituiutaba já passou por vários processos de fragmentação territorial, entretanto as transformações posteriores às décadas de 1970 marcaram o novo momento na reestruturação do município, sobretudo nas atividades agrícolas. Neste sentido, Oliveira, (2013, p. 274) aponta que

Ituiutaba (MG) se consolidou como principal centro urbano regional, visto que absorveu os excedentes de capital procedente das atividades agrícolas, resultando na reestruturação da cidade. A industrialização da região, mesmo que limitada, tem como suporte produtivo e econômico a atividade agropecuária, posto que as principais empresas são de processamento de produtos de origem animal (laticínios e frigoríficos) e beneficiamento de grãos, além de usinas ligadas ao setor agroindustrial canavieiro, produtoras de açúcar e etanol.

O processo de uso e ocupação das áreas passíveis à reforma agrária começou no município a partir da década de 1990, no decurso dessa década e os sujeitos ligados à terra abraçaram ações e estratégias de cunho solidário e cooperativo que dotadas de *intencionalidades* os mantiveram firmes e unidos na luta pela terra.

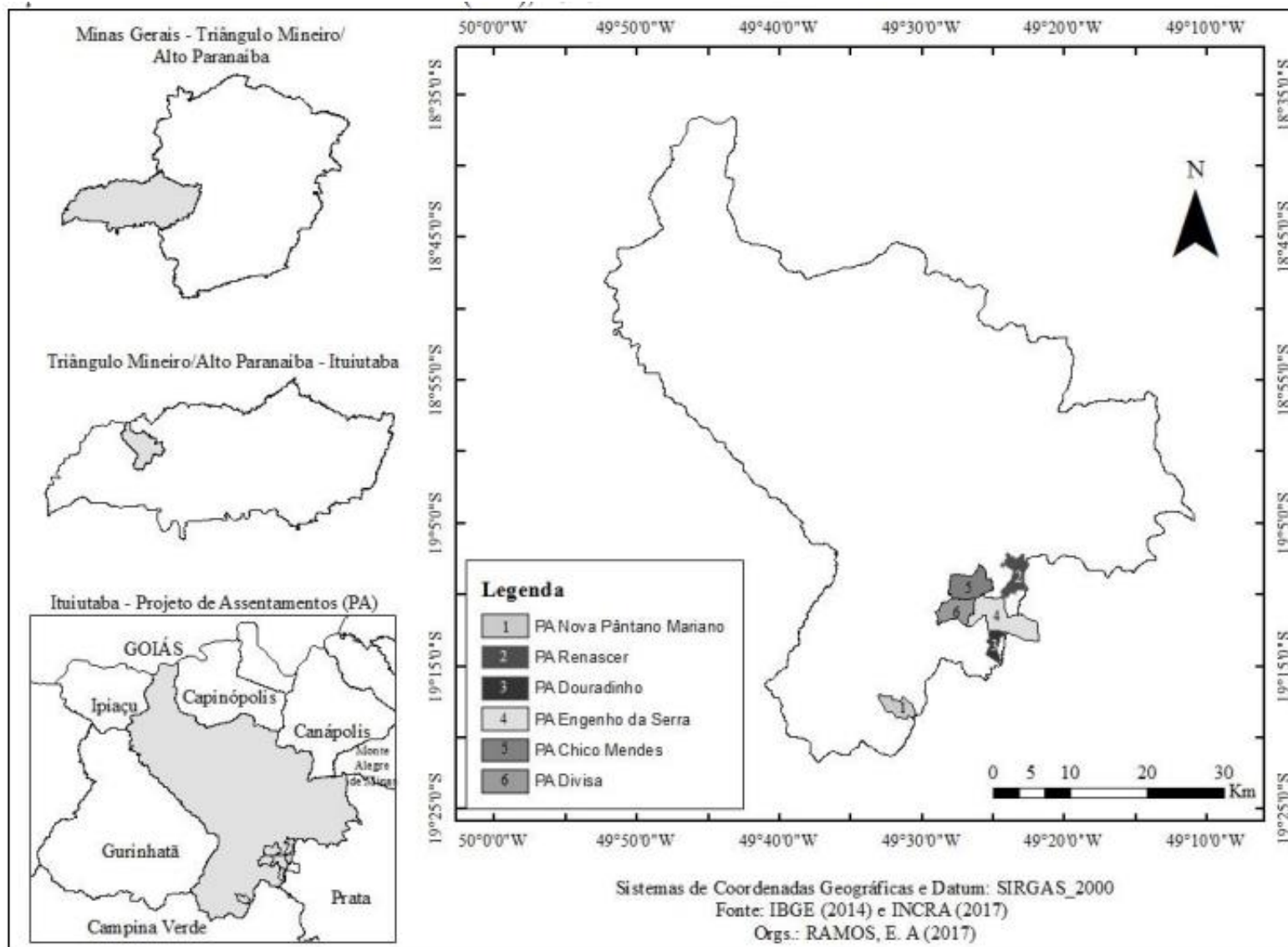
Fernandes (2005, p. 27) diz que “A *intencionalidade* é um modo de compreensão que um grupo, uma nação, uma classe social ou mesmo uma pessoa utiliza para poder se realizar, ou seja, se materializar no espaço”.

No município de Ituiutaba existem atualmente seis (06) assentamentos rurais e a construção desses ocorreu a partir das intencionalidades dos sujeitos ligados aos movimentos sociais e sindicatos rurais, que a partir das suas associações mantiveram atividades e ações demonstrando o poder da coletividade frente às contradições político-sociais existentes.

Os primeiros assentamentos rurais foram denominados de: *P.A Chico Mendes*, *P.A Divisa*, *P.A Douradinho*, *P.A Engenho da Serra*, *P.A Pantano Mariano* e *P.A Renascer*. Todos foram criados nos anos entre 1990 e os anos 2000.

Os levantamentos informam que cinco dos seis assentamentos rurais se localizam nas áreas limítrofes sul de Ituiutaba, sendo eles: (Chico Mendes, Divisa, Engenho da Serra, Douradinho e Renascer), conforme o Mapa 2.

Mapa 2: Localização dos assentamentos da reforma agrária no município de Ituiutaba-MG, 2023.



Fonte: Ramos, 2018.

Org. André Bueno, 2023

No caso do P.A Engenho da Serra, este possui boa parte de sua área no município de Prata, entretanto, as atualizações de cadastro deste assentamento junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) informa que o mesmo está registrado no município de Ituiutaba. Incra (2017c)

Para a criação dos primeiros assentamentos em Ituiutaba, as ocupações de terras foram ações fundamentais no processo de territorialização do espaço no município. As ocupações foram importantes na luta pela desapropriação de terras que não cumpriam função social no município e os acampamentos foram realizados nas terras onde as famílias constituíram uma fase expressa de resistência, marcadas por situações adversas, que só foram superadas através da união, cooperação e solidariedade entre os sujeitos.

As primeiras ocupações de terras aconteceram no ano de 1998, e foram organizadas pelo Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST), movimento responsável pelo maior número de ocupação no município.

Posteriormente, no mesmo ano, teve ocupação organizada pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais (FATAEMG) e, no ano de 1999, a ocupação liderada pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). (RAMOS, 2008)

A priori, percebe-se que a luta pelo acesso à terra em Ituiutaba pode contar com a presença de diferentes movimentos sociais e sindicais. Dentre esses, o MST é o movimento social de maior expressão no país, apresentando atuações em todo estado de Minas Gerais, na mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba e em Ituiutaba.

No período de 2000 a 2013, o movimento realizou o maior número de ocupações (41) em relação aos demais movimentos atuantes na mesma região, sendo que em Ituiutaba ocorreu uma ocupação com a participação de 56 famílias. (DATALUTA-MG, 2014)

A articulação dos sujeitos em busca de acesso à terra, dos grupos e movimentos sociais, ocorre no espaço. Esse se constitui como uma categoria relevante para a compreensão dos processos, por fornecer elementos explicativos, a partir das práticas socioespaciais, para a formação, organização e constituição dos territórios. (SOUZA, 2009)

Durante a fase de instalação das famílias beneficiadas pelo Incra, os assentados receberam via sorteio os primeiros créditos para o plantio de alimentos e as terras desapropriadas por interesse social para fins de reforma agrária se deu por meio de Decretos Federais.

Os assentamentos rurais foram escriturados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). A criação de assentamentos rurais, pelo instituto, é realizada por meio de publicação no diário oficial da união, no qual constam a área do imóvel, a capacidade estimada de famílias, o nome do projeto de assentamento e os próximos passos para assegurar a implantação, assim, os assentamentos, por meio da obtenção de terras, podem ser divididos e institucionalizados pelo Incra, ou outras instituições governamentais, desde que reconhecidos pelo Incra. (INCRA, 2017).

Entretanto, podemos considerar que as formas de organização dos movimentos sociais e ocupações de terras foram ações de grande relevância na luta pela desapropriação de terras que não cumpriam a sua função social e os acampamentos foram realizados em terras onde as famílias construíram uma importante fase que se expressou na resistência, solidariedade e determinação.

Atualmente, a produção de leite é o carro chefe da maioria dos assentamentos pesquisados, porém, existem outras atividades produtivas, como a olericultura, criação de animais de pequeno e médio porte, como aves, suínos, ovinos e caprinos, que em suma são destinados ao autoconsumo.

Alguns assentamentos também cultivam a fruticultura do abacaxi, outros, a agricultura de soja e milho, que são comercializados no comércio local e também são utilizados como ração para os animais. Outros assentamentos produzem pequenas lavouras de mandioca, milho, feijão, pomares, etc, que são basicamente para atender o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) do governo e também para autoconsumo.

Em última análise, as questões fundamentais sobre a territorialização dos assentados da reforma agrária, seus modos de vida e suas formas produzir, pelo que demonstram a história, sempre tiveram na mira do grande capital, que visa o lucro através do uso da terra, em detrimento dos pequenos produtores rurais, e no caso dos assentamentos do município de Ituiutaba não é diferente, devido ao crescimento exponencial do cultivo da cana-de-açúcar na região, diante desse fato, Carvalho e Santos (2012, p. 6), aponta que

Uma das regiões em evidência no setor agroindustrial canavieiro no estado de Minas Gerais é o Triângulo Mineiro, com destaque para a microrregião geográfica de Ituiutaba, cenário de instalações de unidades destinadas ao agronegócio canavieiro, em decorrência de uma política neoliberal adotada pelo governo federal, baseada no incentivo a monoculturas voltadas ao mercado externo, avançando sobre áreas antes destinadas a outras culturas, o que é um dado preocupante, por avançar em áreas antes destinadas à produção de alimentos

Visando compreender para além da espacialidade dos assentados, foram realizadas várias visitas, em trabalhos de campo, durante o segundo semestre de 2022, a algumas famílias de assentados dos Projetos de Assentamentos da reforma agrária, que contribuirão para o relato da pesquisa de campo do próximo capítulo.

É importante ressaltar que dada a quantidade de assentamentos e o número de famílias, não foi possível visitar todas. A dificuldade de visitar um universo maior de famílias se deu, primeiro, pelo tempo que duraram as visitas em cada assentamento, haja vista que devido às pautas discutidas, e narradas pelos assentados necessitavam de aprofundamento. Diante disso, foram cinco (5) dias de visita durante o segundo semestre de 2022, em cada dia visitamos duas (02) famílias, uma na parte da manhã e outra na parte da tarde.

É importante ressaltar que o Grupo de Trabalho (G.T-Rural) foi muito bem recebido pelos assentados, que prontamente se abriram para conversar sobre qualquer pauta relacionado ao universo dos assentamentos, vida social, econômica, política e produtiva.

Todas as visitas foram previamente agendadas pelo coordenador do Grupo de Trabalho, as pautas a serem discutidas também foram claras e objetivas e bem recebidas pelos assentados, pois, as IFs sempre foram parceiras das comunidades rurais, e essa relação sempre se desenvolveu de forma solidária, cooperativa.

III- A realidade dos assentados da reforma agrária em Ituiutaba-MG e suas formas associativas de produção

Como vimos anteriormente, na virada do século XXI as lutas dos pequenos produtores rurais passaram, minimamente, a consolidar algumas conquistas, como acesso à terra via processo de reforma agrária e os direitos trabalhistas para o trabalhador do campo.

Vimos também que a construção de experiências de luta pela terra foram essenciais para a formação político social dos trabalhadores rurais que passaram a reivindicar seus direitos a terem acesso à terra.

Entretanto, pouco mais de vinte anos depois da formação dos primeiros assentamentos rurais em Ituiutaba, as formas associativas e cooperativistas de produção não tiveram uma sequência/manutenção nos trabalhos para a criação de plano de desenvolvimento de cunho associativo/cooperativo concreto, fazendo com que os assentados rurais ficassem vulneráveis forças de outros agentes que visam expropriar os assentados de suas terras, como é o caso do grande capital das agroindústrias do ramo sucroalcooleira em Ituiutaba e região.

A instalação de uma usina de cana-de-açúcar em Ituiutaba fez com que se intensificasse a conversão de propriedades familiares em latifúndios monocultores. Inúmeras propriedades rurais passaram a ser compradas ou arrendadas para se cultivar a cana, anexando essas terras às áreas das usinas, resultando na expulsão de grande quantidade de pessoas que moravam nessas propriedades. (SANTOS, 2008, p. 10)

Outro fator identificado que vem impossibilitando o desenvolvimento dos assentados em Ituiutaba é a falta de políticas públicas governamentais para os assentados da reforma agrária, pois, a falta de crédito rural via Plano Safra e outros programas governamentais inviabiliza o pequeno produtor rural para se desenvolver no campo, o que torna os assentados rurais menos competitivos frente a agricultura patronal, desse modo “A elaboração de políticas públicas é resultado da correlação de forças entre instituições que são ou representam interesses de classes. São as partes interessadas que em suas proposições de políticas, defendem seus respectivos modelos de desenvolvimento”, Grisa e Schneider (2015, p. 382).

Diante disso, esta etapa do trabalho que se segue busca abordar, de forma sucinta, o contexto social, político dos assentados da reforma agrária no município de Ituiutaba-MG, mais especificamente a (re)produção do território, seus modos de vida, o espaço comunitário dos sujeitos e suas formas associativas, bem como as dificuldades encontradas pelos assentados em

se fixar nos lotes, haja vista que a priori se constata dois fatores principais que contribuem para expropriação dos assentados no município:

(i) - Falta de políticas públicas governamentais que fomentem e invistam na produção agropecuária dos assentamentos da reforma agrária e,

(ii) - A expansão da monocultura da cana-de-açúcar que abastece as usinas da região e do município e o avanço de outras culturas produzidas pela agricultura patronal.

Portanto, a dificuldade dos assentados em se fixarem na terra foi um dos motivos que nortearam essa pesquisa, haja vista que compreender como se formou os primeiros assentamentos rurais apenas concedeu a ideia da territorialização dos sujeitos no espaço geográfico, isto é, como ocorreu, em que ano, quem foram os agentes e atores envolvidos etc, diante disso, foi preciso ir além e conhecer *in loco* as contradições impostas a esses trabalhadores e analisar suas ações de enfrentamento de tais contradições.

Assim, a oportunidade de imersão junto às comunidades dos assentamentos da reforma agrária surgiu em junho de 2022 ao ser convidado para compor o Grupo de Trabalho sobre Comunidades Rurais, G.T formado por docentes e discentes de três Institutos Federais (IFs):

(i) - Universidade Federal de Uberlândia UFU - Instituto de Ciências Humanas do Pontal/ICHPO - Campus de Ituiutaba-MG;

(ii) - Universidade Estadual de Minas Gerais - UEMG - Campus de Ituiutaba-MG;

(iii) - Instituto Federal do Triângulo Mineiro - IFTM - Campus de Ituiutaba-MG

Este Grupo de Trabalho busca a priori elaborar uma pesquisa mais aprofundada dos Projetos de Assentamentos da reforma agrária e outros produtores rurais da microrregião de influência de Ituiutaba para que se possa debater e juntos propor um Plano Municipal de Desenvolvimento Rural e Sustentável (PMDS) do município. O que torna imprescindível a colaboração da secretaria ambiental do município e outros órgãos.

Diante disso, as visitas aos assentamentos rurais, contribuam para analisar a realidade das práticas sociais dos produtores familiares, e por meio dos trabalhos de campo junto aos assentamentos da reforma agrária, atuamos de modo que pudéssemos conhecer suas trajetórias de vida, suas conquistas enquanto assentados, bem como suas frustrações e principalmente suas dificuldades para se desenvolverem produtivamente e se fixarem na terra.

Partindo do pressuposto, me debrucei para ampliar o conhecimento teórico acerca da questão agrária, analisando o objeto de estudo, primeiramente, a partir de obras geográficas, sociológicas, mas, sem desprezar a atenção da história oral, narrada pelos assentados, pois, ao conhecermos sobre o cotidiano dos entrevistados e correlacioná-los com as obras estudadas, percebemos que as condições materiais, impostas esses pequenos produtores, são praticamente as mesmas do passado, impostas a tantos outros sujeitos do campo e, que não ainda não foram superadas.

Logo, percebe-se que as condições materiais dos assentados da reforma agrária no município vêm de um passado carregado de contradições sociais, políticas e econômicas, que o governo não ainda não conseguiu resolver, o que evidencia neste caso, a necessidade da utilização da lupa do *Materialismo Histórico Dialético* como método de análise socioespacial para este caso, isto é, considerar que as atuais condições materiais (infraestrutura, econômica) para entender as narrativas dos assentados.

Desse modo, a primeira observação a ser considerada nas pesquisas de campo, é que algumas famílias possuem os saberes e habilidades sobre produção agropastoril e outras famílias foram adquirindo experiência depois de assentado no lote.

Uma segunda observação a ser levada em consideração é que a reprodução da vida social e produtiva nos assentamentos por meio do uso e apropriação das terras adquiridas, tem se tornado um desafio, haja vista que a territorialização dos assentamentos é de certa forma conflituosa, permeada de conquistas, negociações frustradas, mas sobretudo, pela falta de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento dos assentados e também pela falta de organização coletiva/associativa dos produtores rurais.

Diante desses apontamentos iniciais, a primeira visita aos assentamentos aconteceu no P.A Pantano Mariano, onde o assentado que nos recebeu relatou sua história de vida e suas lutas pela reforma agrária no município, falou sobre sua vivência no acampamento durante a ocupação até a posse da terra, relatou as atuais dificuldades de acesso a incentivos governamentais para a aquisição de maquinários e insumos.

Outra dificuldade narrada pelo assentado rural é referente à infraestrutura da estrada, pois a ponte que dá acesso para este e outros assentamentos é de madeira e foi construída em 2007, o que tem inviabilizado a passagem de veículos mais pesados, conforme mostra a **Figura 1**.

Figura 1: Ponte que interliga os assentamentos da reforma agrária no município de Ituiutaba-MG.



Foto: André Bueno, 2022

A segunda visita realizada pelo Grupo de Trabalho sobre Comunidades Rurais foi no P.A Renascer, o casal que nos atendeu fornecem produtos para o PAA, os mesmos relataram sobre a importância da presença das Universidades nas comunidades rurais, destacaram que a UFU, UEMG e IFTM sempre foram parceiras na construção dos saberes políticos, sociais, técnico, bem como já fizeram parcerias em projetos voltados a produção da agricultura familiar.

Sobre a realidade do assentamento rural, ao questionar as principais dificuldades encontradas pelo casal, o mesmo relatou a questão da ponte de acesso aos lotes (mencionada acima) e reforçou outras de cunho administrativo-jurídico, como por exemplo legalização da Associação da Comunidade, que estava precisando de apoio jurídico para regularizar algumas documentações e terem acesso a outros programas governamentais voltados para a agricultura Familiar, que visa promover o acesso a alimentação e incentivar a agricultura familiar.

Desse modo, a partir dos diálogos informais, a observação, e as entrevista semiestruturadas com os proprietários dos lotes pude analisar a diferenças das dificuldades de permanência, de produção e modo de vida entre os que já conseguiram o Título de Domínio

(TD) junto ao INCRA e os que ainda não conseguiram, mas que possuem o Contrato de Concessão de Uso (CCU).

O que se constata é que a regularização desses e outras documentações viabiliza o acesso a programas governamentais como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura (Pronaf) e o próprio PAA que influenciou no aumento da renda de alguns assentados, que conseguiram fazer melhorias nas áreas da propriedade como ampliação das áreas de beneficiamento da produção, como foi verificado em outras duas propriedades visitadas, na propriedade (A) foi ampliado a área de beneficiamento do leite, para a produção de queijos, que são comercializados em mercados locais e nas férias.

Na propriedade (B) o assentado construiu uma área para beneficiamento da mandioca, o que necessitou tanques para lavar o cultivo, espaço para armazenagem e embalagem do produto. Neste caso o produto final é comercializado via PAA e o que não é adquirido pelo Programa de Aquisição de Alimentos do governo é vendido nos comércios locais.

IV - Resultados e discussão

Foi a partir das observações realizadas durante os trabalhos de campo nos assentamentos do município de Ituiutaba que se constatou as carências e potencialidades dos Projetos de

Assentamento do município. As potencialidades dos assentados rurais de modo geral já conhecemos, pois, só de estarem (re)existindo na luta pela terra e na terra já demonstra a resiliência dos trabalhadores, entretanto, é preciso compreender as urgências dos assentados e buscar maneiras de mitigar e, quiçá, superar as dificuldades e as constrações impostas aos pequenos produtores rurais.

Diante disso, podemos apontar através das observações que existem dificuldades de ordem estruturantes, como a infraestrutura da ponte de acesso aos lotes, como demonstrado acima, ele precisa ser reconstruído. As estradas da Região das Sete Placas, Km 20, que dão acesso aos lotes, também precisam de manutenção.

Outras dificuldades encontradas estão relacionadas à falta de apoio jurídico para regularização de documentação junto aos órgãos governamentais, como o Incra. É preciso também realizar o levantamento dos assentados que precisa fazer o georreferenciamento dos lotes para regularização do Cadastro Ambiental Rural (CAR), avaliar e mapear as áreas de Reserva Legal (RL), pois conforme observado nas visitas aos assentamentos, foi construído um galpão para espaço de convivência em área de RL, o que necessita fazer adequações e para tal, precisa fazer registro no órgão ambiental, solicitar a alteração/correções de destinação da RL.

Em relação a documentação, durante as visitas aos assentamentos e uma vez constatada essa carência, o Grupo de Trabalho com Rurais, se dispôs em ajudar e dar suporte jurídico, a questão da RL já está no órgão competente, mas é necessário aprofundar essa questão junto aos assentados e verificar se já foi separado a área da no RL, entretanto, essa é uma questão a ser verificada dentro da associação da comunidade, uma vez que o espaço para de convívio e reuniões é de natureza comunitária.

Diante das demandas, o Grupo de Trabalho com Rurais, a qual faço parte, busca compreender como ocorre a territorialização e quais as dificuldades dos assentados em se fixarem na terra, e assim encontrar soluções viáveis para as problemáticas levantadas, diante disso consta ser necessário a formação associativa dos assentados.

Entretanto, é preciso salientar é que existem divergências significativas em termos de organização interna dos assentamentos, ou seja, não existem formas colaborativas de produção, nem associativas, muito menos cooperativista, diante disso, hipoteticamente se aventa a necessidade da criação de uma organização de cunho cooperativo de produção e comercialização dos alimentos por parte dos sujeitos assentados, dessa forma poderia-se criar

formas de organização social do trabalho que culminaria no fortalecimento das famílias assentadas, ampliaria as relações comerciais, aumento da produção e a geração de empregos diretos e indiretos para o município de Ituiutaba.

Entretanto, o que foi verificado é que ao longo do tempo com a criação de novos assentamentos no entorno do P.A Divisa (Assentamentos, Chico Mendes, Renascer, Douradinho, Engenho da Serra, Capão Rico) foi formado uma Associação com apoio dos membros da FETAEMG, porém, esta associação está desorganizada, primeiro por questão documental, segundo devido a baixa adesão dos associados nas reuniões e assembleias, o que reforça a urgência do avivamento da associação.

Estes são apenas alguns dos aspectos observados durante os trabalhos de campo e as visitas aos assentados, entretanto, no decorrer da pesquisa, fui percebendo que alguns assentamentos possuem um aspecto semelhante entre si, pois em na grande maioria, tem ocorrido evasão dos assentados originários da reforma agrária dos lotes, e essa evasão se dá via venda ou arrendamento para outros pequenos produtores rurais.

Algumas hipóteses para a evasão dos assentados originários possivelmente podem ser aventadas, como: dificuldades vivenciadas pelos assentados, falta de incentivos governamentais, e tantos outros ,o que exige aprofundamento amplo, visando compreender de que forma se dá essa relação, pois se existe evasão dos assentados, alguma coisa está errada na forma que se dá a reforma agrária

Diante disso, podemos aventar que as dificuldades dos assentados em se fixarem na terra é devido à falta de políticas públicas e incentivos agrícolas por parte do governo, pois, muitos venderam ou cederam suas terras a terceiros, nessa transação, constata-se a transferência indevida do lote, pois é proibido a venda ou arrendamento dos mesmo possuindo apenas com o Contrato de Concessão de USO, diante disso as famílias que compraram os lotes precisam regularizar a situação da propriedade junto ao Incra.

Nos casos em que os assentados que já possuem o Título de Domínio (TD), emitido pelo Incra, a transação se torna mais fácil, entretanto, considera-se que o produtor rural bem assentado, produzindo a terra, gerando emprego e renda não vai especular suas terras, muito menos negociá-las, em uma hipotética situação oposta, onde o assentado não possui os meios técnicos, muito menos os recursos necessários para tocar a produção, este assentado por

desânimo irá negociar suas terras. A priori, são hipóteses levantadas, que precisam ser sistematizadas e pesquisadas nas próximas oportunidades.

Diante disso, é de suma importância os trabalhos desenvolvidos pelo Grupo de Trabalho com Rurais, que visa desenvolver um Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável no município de Ituiutaba-MG, este Grupo de Trabalho é formado por docentes e discentes de três Instituições Federais no município de Ituiutaba, UFU, UEMG e IFTM, que durante o segundo semestre de 2022 realizou várias inserções nas comunidades dos assentamentos rurais de Ituiutaba e região, cujo objetivo primordial é a criação de um Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável para o município de Ituiutaba-MG.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por conclusão, esta pesquisa revela que as questões fundiárias do Brasil possuem contradições que ainda precisam ser superadas, pois não basta apenas criar novos projetos de assentamentos para a reforma agrária. É preciso também criar condições para o assentado se desenvolver de forma social, econômica e produtiva.

Desse modo, as análises e os resultados desta pesquisa revelam outros horizontes a serem investigados para melhor compreender como vem ocorrendo o processo de

especialização dos assentamentos rurais do município de Ituiutaba, haja vista que desde a origem dos assentamentos, inúmeras famílias desistiram de se fixarem nos lotes, devido a vários fatores que precisa ser melhor investigado, esse processo, trouxe novos atores para os assentamentos e alguns vem conseguindo se desenvolver e produzir de forma mais eficiente que outros, o que abre brecha para uma investigação mais minuciosa visando compreender como esses novos atores vem territorializando o espaço, quais as contribuições e de que forma podem contribuir para o desenvolvimento de uma comunidade de caráter associativo.

Ao mesmo tempo em que se torna importante acompanhar as etapas de desenvolvimento dos assentados originários da reforma agrária e dos novos atores (produtores rurais), é importante também promover reuniões com os assentados, promover ciclos de debates, levantar as pautas urgentes da comunidade rural, estabelecer critérios e formas de ação para resolver as demandas mais urgentes.

Entretanto, é imprescindível discutir as possibilidades de se criar formas associativas/cooperativistas de produção entre os assentados, pois, embora seja necessário a participação governamental como ferramenta de viabilidade ao desenvolvimento, é preciso que os produtores rurais estejam unidos dentro de um propósito comum. Diante disso, é preciso quantificar e qualificar as possibilidades, as potencialidades, e os fracassos envolvidos de um sistema cooperativo de produção entre os assentados da reforma agrária.

E em última análise, concludo dizendo existe uma força e uma dedicação enorme nos assentados da terra de Ituiutaba, pois, mesmo com as maiores intempéries dos últimos tempos, como a expansão da agricultura patronal e da agroindústria diante de seus lotes, os mesmos permanecem firmes e produzindo de forma digna.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Andrade, M, C. **A Questão do Território no Brasil; Instituto de Pesquisas Sociais, Políticas e Econômicas**, São Paulo - SP, 1995

Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural / Maria Encarnação Beltrão Sposito, Arthur Magon Whitacker (organizadores)--1.ed.--São Paulo: Expressão Popular, 2006.

Fabrini, J, E. **O sujeito e o objeto na geografia. Revista Espaço Plural**, v. VI, nº 12, 2005.

Fernandes, B. M. **Movimentos Socioterritoriais e Movimentos Socioespaciais: Contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais.** Revista Nera, (6), 24-34, 2012

Fernandes, B. M. (2012). **DATALUTA – BANCO DE DADOS DA LUTA PELA TERRA. REVISTA NERA**, (3), 7–27. <https://doi.org/10.47946/rnera.v0i3.1481>.

Filho, E,S,R. Junior, M, A, M.; Souza, S, R, R. **A questão agrária e conflitos territoriais**. 1.ed.São Paulo: Outras Expressões, 2016.

Gerhardt, T, E.; Silveira, D, T. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009

Gonçalves, **A luta na terra. Os assentamentos do MST e o desenvolvimento do Município de Querência do Norte/PR** /Presidente Prudente, 2008. 138p.

Grisa, C. Schneider, S. **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

Ianni, O. **A Sociedade global** / Octavio Ianni. - 5ª ed. - Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1997

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Mudanças legais que melhoraram e apressaram as ações da reforma agrária. Brasília: INCRA, 1998. LIBERATO, Ana Paula Gularte.

Luxemburg, R. **A Acumulação do Capital**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

Mançano, F, B: **A formação dos MST no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000

Marx, K. **O Capital**: crítica da economia política. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

Medeiros, L, S. **Reforma agrária no Brasil: história e atualidade da luta pela terra** / São Paulo: 2003.

Prado Jr., C. **A Questão Agrária no Brasil**; editora brasiliense, 1981.

Prado Jr., C. **Formação do Brasil contemporâneo : colônia** / Caio Prado Jr. entrevista Fernando Novais; posfácio Bernardo Ricupero. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

Raffestin, C. **Por uma Geografia do Poder**, 1993.

Ramires, J, C, L.; Pessoa, V, L, S. **Geografia e pesquisa qualitativa: nas trilhas da investigação**.- Uberlândia, 2009

Ramos E. A. Borges, A. C. G. **O Processo de luta pela terra e de espacialização: A construção e a constituição de territórios**. Communitas, 2020.

Rogério G. C.; Santos, J. C. **O processo de expansão da cana-de açúcar na microrregião geográfica de Ituiutaba(MG) e a degradação do trabalhador canavieiro**. XXI- Encontro de Geografia Agrária, Uberlândia, MG, 2012 - ISSN 1983-487x

Rossini, R, E. Machado, M, R, I, M, de.; Sampaio, M, A, P. **Terra e trabalho: territorialidades e desigualdades: volume II**. São Paulo : FFLCH/USP, 2020.

Santos, Milton, 1926-2001. **Economia Espacial: Críticas e Alternativas** / Milton Santos; tradução Maria Irene de Q. F. Szmrecsányi. - 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

_____. **O Trabalho do Geógrafo no Terceiro Mundo** / Milton Santos, Sandra Lencioni (trad.). - 5. ed. 1. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

_____. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**/Milton Santos. - 31ª ed. - Rio de Janeiro: Record, 2020.

_____. **Espaço e Método** / Milton Santos. - 5. ed., 3. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2020.

_____. **Metamorfoses do Espaço Habitado: Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Geografia** / Milton Santos; em colaboração com Denise Elias. 16. ed. 3. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2021.

_____. **Pensando o Espaço do Homem** / Milton Santos. - 5. ed., 3. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

_____. **Por uma Geografia Nova: Da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica** / Milton Santos. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

Schneider, S. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003.

Shanin, T. **La classe Incomoda**. Alianza Editorial: Madrid, 1983

Silva, J. G. da. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. 1º ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981. _____. **O Novo Rural Brasileiro**. Campinas: Unicamp, 1999.

Souza, J. G, de. **O nordeste brasileiro: uma experiência de desenvolvimento regional**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1979.

Souza, M, L, de, 1963 - **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**/Marcelo Lopes de Souza - 2013. 1 ed. Rio de Janeiro:Bertrand Brasil, 2013.

Stedile, J, P.; Estevam, D. **A questão agrária no Brasil: O debate tradicional - 1500 - 1960/** 1.ed.-São Paulo, 2005